

## Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil beneficia- rá maioria dos servidores brasileiros

O mercado financeiro não gostou. A elite econômica também não. E a chiadeira começou. É sempre assim quando uma decisão econômica não favorece os beneficiados de sempre. Aqueles que ocupam o topo da pirâmide. Não foi diferente com o anúncio da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e cobrança de um imposto mínimo de 10% para quem recebe a partir de R\$ 50 mil mensais. Tão logo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a proposta, teve início a propagação de mentiras.

A maior delas dizendo que a conta não fecharia. Como o governo vai investir mais em políticas públicas para atender a população, arrecadando menos?

Mas não vai haver menor arrecadação. A mudança é neutra do ponto de vista da arrecadação. O aumento de imposto para quem ganha mais, compensa a redução para quem ganha menos, operando uma melhora na distribuição de renda do Brasil. A maioria dos servidores federais brasileiros, por exemplo, não ganham supersalários. Portanto, a categoria será bastante beneficiada com a mudança. E o benefício será imediato. Levando em consideração as três esferas, cerca de 70% do funcionalismo público recebe até 5 mil reais.

“Infelizmente, os especuladores continuam agindo de forma tosca para minar a política econômica do governo e os avanços sociais que foram, inclusive, promessas de campanha do presidente Lula. Entre elas a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Mas viu-se aí, nos últimos dias, o terrorismo do mercado financeiro. Isso porque querem que a população brasileira pague a maior fatia do imposto, enquanto a elite econômica receba isenções de impostos e

desonerações fiscais”, comentou o secretário-geral da Condesef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo.

Atualmente, quem ganha R\$ 5 mil paga R\$ 335,15 por mês de Imposto de Renda. Ou seja, a isenção para esse segmento da população garantiria a ela anualmente R\$ 4.467,55 adicionais. Praticamente um salário a mais por ano. E esse valor seria injetado na economia. Por outro lado, quem recebe a partir de R\$ 50 mil mensais possui maior propensão ao investimento que ao consumo e menor possibilidade de dinamizar a economia.

“Com mais dinheiro circulando no Brasil, a tendência é existir um ciclo virtuoso. A classe trabalhadora assalariada terá mais recursos no bolso e poderá adquirir mais bens e serviços. A maior demanda irá movimentar a economia, gerando mais empregos e o pagamento de mais salários que retornarão a economia novamente”, destacou o coordenador-geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostra que a alteração terá o poder de injetar na economia brasileira R\$ 35 bilhões. Ou seja, um saldo bastante positivo.

Enquanto isso, a pesquisa da Genial Quaest, divulgada no último dia 04, mostra que 85% dos entrevistados do mercado financeiro dizem que a isenção do imposto de renda traria prejuízos ao país. Ou seja, os especuladores e rentistas querem colocar nas costas do povo trabalhador e pobre a conta pelo “déficit fiscal” para que eles obtenham mais lucros e o país siga sendo desigual economicamente e socialmente.

“Hoje, todos os indicadores econômicos brasileiros estão favoráveis. Temos um crescimento econô-



mico com reserva cambial e balança comercial positivos, inflação sob controle e aumento da taxa de empregos. Não há nenhum elemento econômico que sustente a ira do mercado financeiro contra o governo a não ser querer que a sociedade pague as contas de suas mordomias. Ao ser contra essa proposta, o mercado presta um desserviço ao Brasil. Como sempre, voltam a jogar contra uma política pública que vem na linha de fortalecimento da sociedade brasileira. No governo anterior, momento em que foram cometidos diversos absurdos econômicos que levaram o Brasil a passar por uma crise enorme, o mercado não mostrou nenhuma insatisfação”, conclui José Carlos.

### GATILHO

Por outro lado, o Sindsep vê com preocupação o novo gatilho para limitar o aumento de salário das servidoras e servidores federais a partir de 2027. Segundo as novas regras apresentadas por Fernando Haddad, o governo não poderá dar aumento real (reajustado acima da inflação) superior a 0,6%, caso os gastos obrigatórios causem a diminuição das despesas discricionárias (gastos livres do governo) de um ano para o outro. O Sindsep avalia que o serviço público não precisa de gatilho e sim de mais investimentos e valorização de suas servidoras e servidores.

Fonte: Sindsep/PE



## ICMBio abre concurso público para 350 vagas

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) abriu concurso público para o preenchimento de 350 vagas de nível superior, com remuneração inicial de até R\$ R\$ 8.817,72.

As vagas são para os cargos de Analista Administrativo e Analista Ambiental. Os interessados podem se inscrever a partir do dia 16 de dezembro às 10h e até as 18h do dia 03 de janeiro, pelo site do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

São aceitos diplomas de nível superior em qualquer área de formação. A jornada de trabalho dos aprovados é de 40 horas semanais.

Do total de vagas a serem preenchidas, 20% são reservadas para negros (pretos e pardos) e indígenas, e 5% para pessoas com deficiência. A distribuição ficou da seguinte forma:

### Inscrições, prova e gabarito

A taxa de inscrição para Analista Administrativo é de R\$ 93,00 e para Analista Ambiental: R\$ 99,00. A data limite de pagamento das inscrições é em 21 de janeiro de 2025.

Candidatos doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde e inscritos no CadÚnico podem solicitar isenção da taxa, durante todo o período de inscrições.

As provas objetivas e discursivas estão previstas para 23 de fevereiro de 2025, em todas as capitais do país, no período da tarde, para que os candidatos disputem apenas um dos cargos ofertados.

Os locais das provas serão divulgados em 10/2/2025 e os gabaritos em 28/1/2025.

Fonte: CUT

## CDE define ações por acordos que asseguram reajuste a partir de janeiro de 2025

Na semana passada, Condsef/Fenadsef realizou reunião do seu Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) com participação de representantes de entidades de dezessete estados (AM, AP, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PE, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC) e o Distrito Federal. Um dos temas centrais debatidos foi a organização de uma frente para promover ações que assegurem o envio dos acordos firmados com o governo e que assegurem reajuste ao funcionalismo a partir de janeiro de 2025. Entre as propostas está a busca de apoio junto aos presidentes da Câmara e do Senado Federal. O objetivo é garantir que os acordos sejam aprovados pelo Congresso Nacional no prazo adequado, até o final de dezembro.

O secretário de Relações do Trabalho do MGI, Jose Lopez Fei-

jóo, informou à Confederação que o governo articula o envio de um Projeto de Lei (PL) em regime de urgência que seguiria no mesmo pacote da proposta de Lei Orçamentária Anual. Com isso, o governo espera obter aprovação antes do início do recesso parlamentar. A Condsef/Fenadsef vem insistindo para que seja encaminhada uma Medida Provisória (MP), que possui efeito imediato. Vale destacar que, segundo o MGI, a proposta, que engloba as categorias do Executivo, conta com mais de 700 páginas.

### Servidores vão reforçar atos no dia 10/12. Sem anistia para golpistas

O CDE ainda reforçou participação da Condsef/Fenadsef e suas filiadas nas mobilizações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, convocado pelos movi-

mentos sociais para a próxima terça-feira, 10, em todo o Brasil. Com o lema "O povo na rua, em defesa da democracia", os atos vão cobrar punição aos generais golpistas que estiveram diretamente envolvidos em crimes e ataques à democracia.

Além da defesa da democracia e a punição aos golpistas, entre os motivos para que os servidores se somem aos atos que vão acontecer em todo o Brasil estão exigir a ampliação de investimentos em políticas sociais e a taxação das grandes fortunas, entre outros.

O CDE volta a se reunir em janeiro, de forma presencial, para debater e organizar as prioridades das demandas das categorias da base da Condsef/Fenadsef e um calendário de ações para os próximos períodos.

Fonte: Condsef